

## CAPÍTULO III

### **A reforma do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1949 e os seus desenvolvimentos subsequentes até ao início da década de 1970 (1949-1971)**



No segundo pós-guerra e ao longo do terceiro quartel do século XX, Portugal entrou num novo período da sua história económica, caracterizado pelo arranque definitivo do processo de crescimento económico moderno e pela participação portuguesa no processo de integração europeia. O contexto internacional em que se deu esta viragem foi extremamente favorável, no essencial por dois motivos: forte crescimento da economia mundial e arranque do processo de integração europeia.

Ao contrário do que acontecera no anterior período de expansão significativa da economia mundial, a chamada *belle époque*, Portugal conseguiu, nesta nova fase acompanhar, e até ultrapassar, o ritmo de crescimento da média da economia mundial só ficando aquém dos líderes desta nova época de crescimento. Dois conjuntos de fatores terão contribuído para este desempenho bastante positivo. Por um lado, condições geralmente consideradas como prévias para o arranque definitivo do processo de crescimento económico moderno, tais como a já referida estabilização económica e financeira e a existência de uma qualificação mínima dos recursos humanos, estavam, finalmente, a ser cumpridas. Por outro lado, não houve uma política de fecho em relação à economia internacional, muito embora alguns esquemas institucionais de protecionismo permanecessem em vigor.

A modernização dos saberes económicos e a afirmação da profissão de economista podem incluir-se entre os elementos de aumento da qualificação dos recursos humanos que terão contribuído para o desempenho positivo da economia portuguesa durante o período agora em consideração. Em particular, a reforma dos planos de estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras realizada em 1949 permitiu a consolidação institucional das transformações intelectuais e sociais que começavam a impor-se e potenciou a sua confirmação ao longo das décadas seguintes.

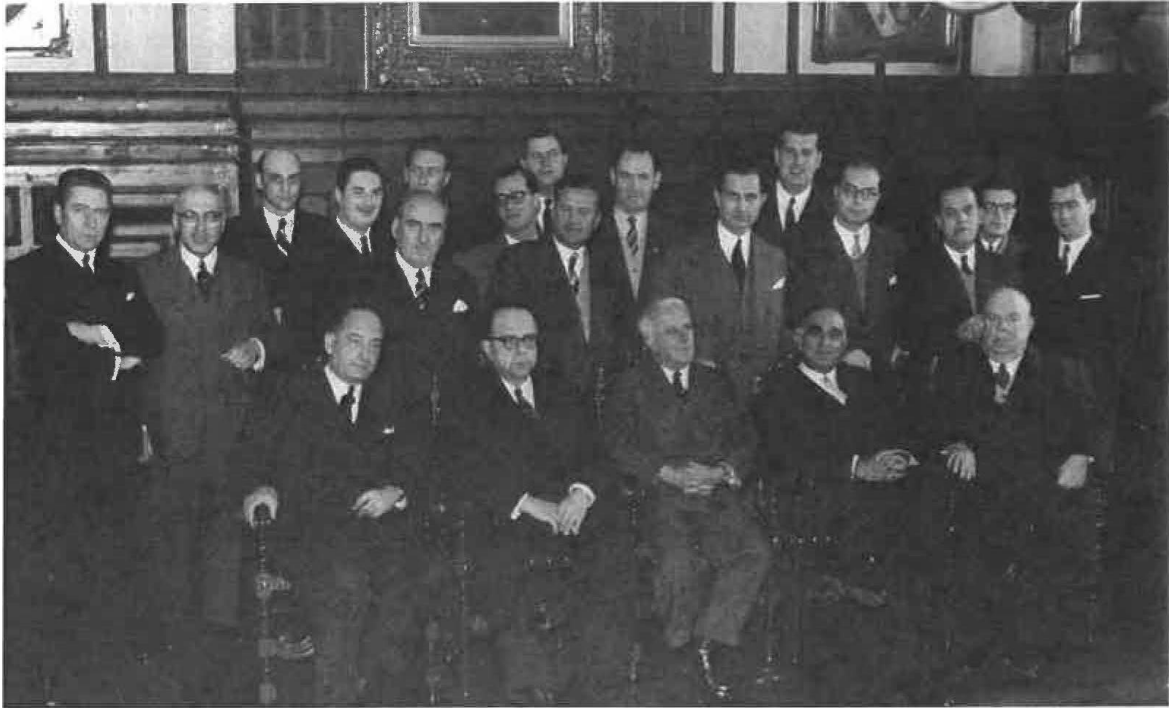
A criação da Faculdade de Economia do Porto em 1953 alargou o aparelho que preparava licenciados na área da ciência económica, restabelecendo, num novo contexto económico, social e intelectual, a situação de concorrência entre duas escolas, uma em cada uma das duas principais cidades do país.

O que não mudou foi o enquadramento político interno, mantendo-se o regime político de ditadura partidária conservadora que se formara na década de 1930. É claro que o regime sofreu mudanças, quer devido às alterações do contexto internacional, que forçaram Portugal a envolver-se no processo de integração europeia e a alinhar com os Estados Unidos da América e seus aliados na chamada Guerra Fria contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a sua esfera de influência, quer devido à transformação da sociedade portuguesa resultante do próprio processo de crescimento económico moderno. Porém, a sua matriz de base não se alterou, e foi, aliás, especialmente rigidificada pelo desencadear da guerra colonial. Na verdade, igualmente desfavorável para o crescimento económico terá sido a longa hesitação da política portuguesa entre a vocação colonial e a vocação europeia, em especial a partir do momento - início da década de 1960 - em que isso conduziu ao envolvimento de Portugal numa guerra contra os movimentos independentistas das colónias continentais africanas - Angola, Guiné e Moçambique. Além de consumidora de recursos, esta guerra viria a agudizar as contradições em torno do regime político, nomeadamente o seu isolamento internacional, com repercussões especialmente fortes não só nos meios estudantis mas também no próprio funcionamento das universidades.

### A reforma de 1949 e o demarcar das águas em termos de ciência económica moderna

O [Decreto nº 37584 de 17 de Outubro de 1949](#) procedeu a uma profunda reforma dos cursos lecionados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e, naturalmente, dos respetivos planos de estudos. As mudanças introduzidas tiveram grande impacto nas duas décadas seguintes. De acordo com esse Decreto, e numa aproximação ao que então se fazia noutros países da Europa, passaram a ser lecionadas as seguintes disciplinas:

1º Grupo		3º Grupo	
1ª cadeira	Matemáticas Gerais	15ª cadeira	Noções Fundamentais de Direito e Estudo Descritivo das Instituições de Direito Civil
2ª cadeira	Análise Matemática	16ª cadeira	Direito Civil (Parte geral e obrigações)
3ª cadeira	Estatística	17ª cadeira	Direito Comercial e Marítimo
4ª cadeira	Cálculo Actuarial I	18ª cadeira	Direito Constitucional e Administrativo
5ª cadeira	Cálculo Actuarial II	2º curso	Direito Internacional Público
1º curso	Econometria	3º curso	História Diplomática
		4º curso	Direito Internacional Privado
		5º curso	Direito Corporativo
2º Grupo		4º Grupo	
6ª cadeira	Gegrafia Económica Portuguesa	19ª cadeira	Finanças I (noções fundamentais)
7ª cadeira	Economia e Administração Coloniais	20ª cadeira	Finanças II (contabilidade pública)
8ª cadeira	Economia I	21ª cadeira	Finanças III (direito fiscal; contribuições e impostos)
9ª cadeira	Economia II	6º curso	Técnica Pautal
10ª cadeira	Economia III		
11ª cadeira	Política Económica Internacional	5º Grupo	
12ª cadeira	Economia e Legislação Industriais	22ª cadeira	Teoria da Contabilidade
13ª cadeira	Economia dos Transportes	23ª cadeira	Contabilidade Aplicada
14ª cadeira	História dos Factos e Doutrinas Económicas	24ª cadeira	Balanços e Verificação de Contas
		25ª cadeira	Especulação Comercial. Organização Bancária
		26ª cadeira	Economia da Empresa



Professores e assistentes do ISCEF em 1954

**O corpo de professores e assistentes do ISCEF em 29 de Janeiro de 1954, aquando da jubilação do professor Caetano Beirão da Veiga, professor decano do Instituto entre 1924 e 1954.**

**Sentados, da esquerda para a direita (a contar da primeira fila):** Vicente Gonçalves, Moses Amzalak, Caetano Beirão da Veiga, Armando Gonçalves Pereira e Armando Marques Guedes. De pé, da esquerda para a direita: Fernando **Gonçalves da Silva**, **António Pinto Barriga**, Emílio Monteverde (Secretário da escola), João Solas, Francisco Carmo e Cunha, **Carlos Alves Martins**, **Manuel Jacinto Nunes**, Bento Murteira, António Maria Godinho, **Caetano Cruz Vidal**, **Francisco Leite Pinto**, Mário Madureira, Luís Santos Fernandes, Joaquim Laginha, Fernando Jesus e Armando Nogueira.

As principais diferenças em relação às disciplinas previstas no [Decreto nº 20440 de 27 de Outubro de 1931](#), que anteriormente regulava o ensino no Instituto, foram o desaparecimento do anterior 2º grupo (Ciências Físico-Químicas) e a decomposição do anterior 3º grupo (Ciências Económicas e Geográficas) nos novos 2º e 4º grupos (centrados respetivamente nas matérias de economia e de finanças). Tanto estes, como os 1º, 3º e 5º grupos (centrados respetivamente nas matérias de matemática, direito e contabilidade), viram aumentar o número de disciplinas, em parte à custa do desaparecimento das cadeiras do antigo 2º grupo (das quais só sobreviveu a Técnica Pautal), e, em outra parte graças ao aumento do número de disciplinas com uma nova cadeira e seis novos cursos semestrais, entre eles econometria.

Neste contexto, quer o Curso Superior de Ciências Económicas e Financeiras, quer as suas quatro secções, correspondentes aos cursos lecionados desde os primeiros anos de existência do Instituto Superior de Comércio, foram suprimidos. Em seu lugar, e num importante passo, foram criadas as licenciaturas em Economia e em Finanças, com duração de cinco anos, um tronco comum de dois anos e os seguintes planos de estudos:

<b>Tronco Comum</b>						
<b>1º ano</b>	1ª, 6ª, 8ª e 15ª cadeiras e Práticas de Técnica Comercial I					
<b>2º ano</b>	2ª, 9ª, 16ª e 19ª cadeiras e Práticas de Técnica Comercial II					
<b>Licenciatura em Finanças</b>						
<b>3º ano</b>	3ª, 17ª, 18ª, 20ª e 22ª cadeiras					
<b>4º ano</b>	4ª, 21ª, 23ª e 26ª cadeiras e 5º curso					
<b>5º ano</b>	5ª, 14ª, 24ª e 25ª cadeiras					
<b>Licenciatura em Economia</b>						
<b>3º ano</b>	3ª, 10ª, 17ª, 18ª e 22ª cadeiras					
<b>4º ano</b>	12ª, 13ª, 26ª cadeiras e 1º, 2º, 3º e 5º cursos					
<b>5º ano</b>	7ª, 11ª, 14ª cadeiras e 4º e 6º cursos					

Para todos os efeitos legais, o Curso Superior de Finanças foi considerado equivalente à Secção de Administração Comercial e à Secção de Finanças e o Curso Superior de Economia foi considerado equivalente à Secção Aduaneira e à Secção Diplomática e Consular. Estas equivalências não ajudavam a definir com clareza a vocação das duas novas licenciaturas. A licenciatura em Finanças aparecia como herdeira das duas secções tradicionalmente mais exigentes, mas vocacionadas para dois segmentos de emprego diferentes: as atividades privadas e o Ministério das Finanças. A escolha da denominação parecia indicar que se esperava o predomínio deste segundo segmento.

A licenciatura em Economia aparecia como herdeira das duas secções tradicionalmente menos exigentes (em particular por incluírem menos cadeiras de matemática), mas relativamente desligada das suas saídas profissionais tradicionais. A denominação acentuava a novidade das matérias cujo estudo era agora mais reforçado, visando, porventura, a sua aplicação nas atividades privadas. Se assim era, a realidade veio a ser exatamente o oposto, com a licenciatura em Finanças vocacionando-se tendencialmente para a gestão de empresas e a licenciatura em Economia para a análise económica em organismos públicos e grandes organizações privadas.

De acordo com o [Decreto nº 37584 de 17 de Outubro de 1949](#), o recrutamento dos professores catedráticos era, feito por convite, se o Conselho Escolar assim o entendesse e não houvesse opositores. Caso se apresentassem opositores deveria realizar-se um concurso com provas públicas, a que se poderiam candidatar o convidado e os professores extraordinários do grupo. Se o Conselho Escolar decidisse abrir concurso e este ficasse deserto, poderiam candidatar-se os doutores pelo Instituto. As provas consistiam na discussão de uma dissertação (se o candidato não fosse doutor ou professor extraordinário) e em duas lições, uma tirada à sorte de entre uma lista de quinze propostas pelo Conselho Escolar, outra escolhida pelo candidato.

Em paralelo com as licenciaturas, foram criados doutoramentos distintos em Finanças e em Economia. Passou a ser exigida média de pelo menos 16 valores na licenciatura para a candidatura e as provas passaram a ser constituídas:

- a) Defesa de dissertação, "trabalho original [ ... ] escrito pelo candidato [ ... ] sobre assunto respeitante a disciplinas da respetiva licenciatura".
- b) "Dois interrogatórios [ ... ] sobre dois pontos tirados à sorte, pelo candidato, com quarenta e oito horas de antecedência, e respeitantes a questões[ ... ] indicadas no programa [ ... ] organizado e publicado pelo Instituto no fim do ano letivo anterior".

Nos termos deste regulamento de 1949, realizaram-se com êxito até 1970 quatro provas de doutoramento em Economia e nove provas de doutoramento em Finanças.

Durante o período agora em consideração, manteve-se a tradição de o Conselho Escolar do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras propor a concessão do doutoramento *honoris causa* a individualidades eminentes nacionais ou estrangeiras. Isso aconteceu com [John Hicks \(Universidade de Oxford, em 1956\)](#), [Jan Tinbergen \(Instituto de Ciências Económicas de Roterdão, em 1956\)](#), [François Perroux \(Universidade de Paris e do Colégio de França, em 1960\)](#), [Hermann Abs](#) (Presidente do Deutsche Bank, em 1964) e [H. A. Wold](#) (Universidade de Upsala, em 1964).

A reforma do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras insere-se num processo de transformação do campo intelectual da área da ciência económica em Portugal, processo que se iniciara na década de 1930 e se acelerara significativamente no imediato segundo após-guerra, em parte como resultado da intensificação da participação de economistas portugueses no trabalho de organizações internacionais, em particular da Organização Europeia de Cooperação Económica.

Este processo de transformação do campo intelectual da área da ciência económica envolveu a introdução, praticamente em simultâneo, das escolas neoclássica e keynesiana como paradigmas fundamentais da análise económica em Portugal, em consonância com o desenvolvimento que se verificava na comunidade científica internacional na época da chamada segunda síntese neoclássica. O desenvolvimento máximo do novo paradigma ocorreu, exatamente no ISCEF, tendo a reforma de 1949 contribuído poderosamente para esse facto ao alargar o estudo e o ensino universitários dessa área. Neste contexto, há que destacar o trabalho do professor António Manuel Pinto Barbosa e dos seus assistentes e continuadores, em especial os professores [Francisco Pereira de Moura](#), [Luís Teixeira Pinto](#) e [Manuel Jacinto Nunes](#). O amadurecimento deste processo de transformação pode ser simbolizado pelos manuais de Francisco Pereira de Moura de introdução ao estudo da economia (*Moura, 1964*) e de estudo intermédio da macroeconomia de curto prazo (*Moura, 1968*), que se pode dizer que marcaram uma época no ensino da economia em Portugal.



*Francisco Pereira de Moura*

Este desenvolvimento do paradigma da segunda síntese neoclássica foi igualmente acompanhado pelo desenvolvimento da área da matemática aplicada à economia, nomeadamente nos domínios da estatística e da econometria, onde há que destacar o trabalho do professor Bento Murteira. A reforma de 1949 permitiu que a disciplina de Estatística deixasse de se ocupar apenas de estatística descritiva e passasse a tratar igualmente de matérias de estatística analítica e criou a disciplina de econometria, onde se iniciou o ensino de matérias não só de econometria propriamente dita, mas também de programação e de investigação operacional. Bento Murteira viria a publicar manuais de econometria em 1955, de estatística em 1964 e de

investigação operacional em 1972, que também se pode dizer que marcaram uma época no ensino dessas disciplinas em Portugal. O manual de estatística, por exemplo, continuou a publicar-se em sucessivas edições e com colaboração de outros docentes da escola até princípios do século XXI (*Murteira, Ribeiro, Silva, Pimenta, 2002*).

Importa, finalmente, sublinhar que, tanto este desenvolvimento da ciência económica como o da gestão, que, como se verá adiante, foi um pouco mais tardio, assentaram em grande medida na intensificação dos contactos internacionais, concretizados na presença de professores visitantes estrangeiros no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, na participação de diplomados e professores da escola com responsabilidades governativas ou em elevadas funções públicas em reuniões de organizações internacionais, sobretudo a partir da década de 60; na deslocação ao estrangeiro de diplomados da escola para preparação de provas de doutoramento. Só em 1956 o professor Moses Amzalak foi nomeado Reitor, cargo que já exercia interinamente desde 1947 e exerceu depois durante mais sete anos, até 1963, altura em que se jubilou.

A Moses Amzalak sucedeu como Reitor [Francisco Leite Pinto](#), professor do Instituto Superior Técnico e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, que já exercera o cargo de Ministro da Educação Nacional entre 1955 e 1961. Manteve-se no cargo durante apenas três anos, sucedendo-lhe o [professor António Herculano de Carvalho do Instituto Superior Técnico](#), que também exerceu o cargo durante apenas três anos, tendo-se jubilado em 1966. Fernando Vasco Costa, professor do Instituto Superior Técnico, que exercera o cargo de Vice-Reitor com os Reitores Francisco Leite Pinto e António Herculano de Carvalho, foi em seguida Reitor entre 1969 e 1972, coincidindo a saída do cargo uma vez mais com a jubilação do Reitor. Sucedeu-lhe [António Maria Godinho](#), professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, que também fora Vice-Reitor com os Reitores [António Herculano de Carvalho](#) e [Fernando Vasco Costa](#).

Permaneceu ao longo do período agora em consideração a publicação regular da revista *Economia e Finanças*, cujo último número viria a lume em 1973. Nela se verificou, naturalmente, a expressão da transformação do campo intelectual da área da ciência económica atrás evocada, e mais tarde a expressão do desenvolvimento dos estudos de gestão discutido adiante, sobretudo através de publicações dos docentes da escola.

Não pode, entretanto, ser esquecida, no mesmo contexto, a *Revista de Economia*, uma iniciativa de economistas ligados ao grupo afastado da escola na crise do imediato pós-guerra a que se fez referência no capítulo anterior. A *Revista de Economia* manteve a sua publicação entre 1948 e 1964 (com uma interrupção entre 1960 e 1962), com ligações informais ao Sindicato Nacional dos Comercialistas e aos meios de oposição ao Estado Novo.

Importa ainda referir outras importantes inovações que se verificaram neste período, em particular no contexto da investigação económica nascente que teve lugar no ISCEF. Na sua apresentação vamos seguir essencialmente uma ordem cronológica.

### **Instituto de Alta Cultura**

Em 1952, o Instituto para a Alta Cultura foi transformado no Instituto de Alta Cultura e autonomizado em relação à Junta Nacional de Educação, pelo [Decreto-Lei nº 38680 de 17 de Março](#). Esta mudança não implicou qualquer alteração da sua atividade de financiamento e enquadramento da investigação científica, cujas repercussões no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras serão a seguir referidas.

### **Unidades de investigação**

No início do período agora em consideração, existia no ISCEF um centro de investigação, o Centro de Estudos de Estatística Económica (CEEE), a evolução desse centro foi no sentido de acabar por se afastar, pelo menos formalmente, do contexto da escola, onde, entretanto, se formaram outros dois centros, o Gabinete de Investigações Económicas (GIE) e o Gabinete de Investigações Sociais (GIS).

### **O Centro de Estudos de Estatística Económica (CEEE)**

Como já assinalado no capítulo anterior, o Centro de Estudos de Estatística Económica (CEEE) fora criado em 1946, sob o impulso do professor Francisco Leite Pinto, e recebeu desde os seus princípios apoio do Instituto para a Alta Cultura. Mais tarde, viria a beneficiar de financiamento da NATO e da OECE bem como o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Acabou por ser enquadrado formalmente por esta, já sob a direção do professor Carlos Alves Martins e com a designação de Centro de Economia e Finanças, na década de 1960.

### **O Gabinete de Investigações Económicas (GIE)**

A existência de um Gabinete de Investigações Económicas estava já prevista no Regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras aprovado pelo [Decreto nº 19205 de 6 de Janeiro de 1931](#) e revisto pelo [Decreto nº 20440 de 27 de Outubro de 1931](#). A primeira tentativa de o fazer funcionar, realizada em 1934 com a nomeação para a sua direção do professor António Lino Neto, não teve, contudo, êxito.

Na verdade, só na segunda metade da década de 1950 se iniciou verdadeiramente o funcionamento do Gabinete de Investigações Económicas, primeiro através da publicação da revista *Análise Económica* a partir de 1956, depois através da promoção de ciclos de conferências, estudos e outras publicações a partir de 1958. A sua dinamização seria sobretudo assegurada pelos professores acima referidos como sendo igualmente os principais dinamizadores do desenvolvimento do paradigma da segunda síntese neoclássica, sendo a sua direção assegurada sucessivamente pelos professores Luís Teixeira Pinto e [António Manuel Pinto Barbosa](#).

### **O Gabinete de Investigações Sociais (GIS)**

As origens do Gabinete de Investigações Sociais estão ligadas ao Gabinete de Estudos Corporativos, criado em 1949 na dependência formal da Mocidade Portuguesa, mas sob a direção do [professor José Pires Cardoso](#) do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Este Gabinete de Estudos Corporativos publicou a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* e nele trabalharam sobretudo estudantes e licenciados do ISCEF.

Em 1962 o Gabinete de Estudos Corporativos foi extinto e criado em seu lugar o Gabinete de Investigações Sociais agora formalmente dependente do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. O novo Gabinete de Investigações Sociais passou a publicar uma revista denominada *Análise Social* (que ainda se publica). A direção do Gabinete e da revista, que se tornaram os principais focos do estudo da sociologia e das ciências sociais nomotéticas em Portugal, veio a ser assegurada pelo [professor Adérito Sedas Nunes](#).

A partir de 1969 verificou-se um processo de progressiva autonomização do Gabinete de Investigações Sociais e da *Análise Social* em relação ao ISCEF. Este processo culminou em 1974 com a passagem do GIS para a dependência direta do Ministério da Educação.



### **A AEISCEF e a AIESEC**

A Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras manteve a sua atividade regular durante o período agora em consideração, devendo sublinhar-se a publicação, a partir de 1954, da revista *Economica Lusitania*.



Foi a Associação dos Estudantes do ISCEF que tomou em 1958, sob a presidência de José Andrade Soares, a iniciativa de promover a criação do Comité Português da AIESEC.

Obtida a autorização do Diretor do ISCEF (Gonçalves Pereira), do Reitor da UTL (Moses Amzalak) e do Ministro da Educação Nacional (Leite Pinto), todos professores do ISCEF, o pedido de adesão foi apresentado ao XI Congresso da AIESEC (Colónia, 1959) e a adesão aprovada no XII Congresso da AIESEC (Barcelona, 1960). A constituição formal do Comité Português da AIESEC foi feita em 30 de outubro de 1959, tendo José Andrade Soares sido o seu primeiro presidente. Logo no ano seguinte, formou-se um Comité Local na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pelo que o Comité do ISCEF se transformou igualmente num Comité Local e se constituiu um Comité Nacional ligando os dois comités locais.

### **A crise de 1962**

Em 3 de Fevereiro de 1962 realizou-se nas instalações da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras uma reunião de direções de associações de estudantes onde se decidiu organizar um Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses. Esta tentativa de ultrapassar as limitações à cooperação entre associações de diferentes escolas estabelecidas pelo [Decreto-Lei nº 40900 de 12 de Dezembro de 1956](#) suscitou uma reação repressiva por parte do Governo, desencadeando uma crise que se arrastou de Março a Junho, em torno de sucessivas proibições das comemorações do Dia do Estudante e de protestos contra medidas de repressão contra manifestações estudantis e dirigentes associativos. Deste episódio da luta estudantil, em que participou ativamente a AEISCEF, resultou a institucionalização prática, embora à margem da lei, da Reunião Inter-Associações (RIA) de Lisboa.

### **O desenvolvimento dos estudos de gestão**

Se a reforma de 1949 foi um momento decisivo na modernização do estudo e do ensino da economia em Portugal, as ambiguidades já assinaladas sobre a vocação das licenciaturas então criadas pesaram durante algum tempo sobre o desenvolvimento do estudo e do ensino da gestão, apesar da inovação que foi a criação da cadeira de Economia da Empresa. Pode dizer-se que datou da primeira metade da década de 1960 o verdadeiro desenvolvimento do estudo e do ensino da gestão no ISCEF, sobretudo sob o impulso de docentes com experiência empresarial e contactos internacionais.

São de destacar em particular neste processo, por um lado o magistério do professor Fernando Gonçalves da Silva no ensino da contabilidade, por outro lado a renovação do ensino da economia de empresa, com a introdução do estudo de casos e de jogos de gestão.

### **Os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa**

Os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa foram criados em 1966, pelo [Decreto-Lei nº 47206 de 16 de Setembro](#), com vista a proporcionar aos estudantes serviços de alojamento, alimentação, procuradoria, empréstimos e subvenções e promoção de oportunidades de emprego. A sua atividade iniciou-se em 1967, tendo estabelecido a sede em parte do edifício nº 20 da Rua Gonçalves Crespo. Englobaram, naturalmente, entre os destinatários dessa atividade os estudantes do instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

### **Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e Instituto de Alta Cultura**

Em 1967 foi criada a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, como novo organismo de promoção da investigação científica e tecnológica, diretamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros, pelo [Decreto-Lei nº 47791 de 11 de Julho](#). Deste modo, passaram a existir dois organismos de enquadramento da investigação científica com dependência institucional diferente. As vocações do Instituto de Alta Cultura, de natureza



cultural e científica e ligado ao Ministério da Educação Nacional, e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, de natureza científica e tecnológica e ligado à chefia do governo, eram distintas, mas não poderiam deixar de se cruzar na vida universitária das décadas seguintes.

O Instituto de Alta Cultura viria, aliás, a ser reestruturado pelo [Decreto-Lei nº 613/73 de 15 de Novembro](#), que lhe definiu as funções de formulação da política de investigação científica e promoção, fomento e coordenação das atividades de investigação dos organismos dependentes do Ministério da Educação Nacional e de ensino e difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

### **A nova localização da Reitoria**

Em finais da década de 1960 tornou-se necessário encontrar novas instalações para a Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, em parte devido à expansão dos serviços, em parte devido à degradação das instalações ocupadas no edifício do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Assim, os serviços da Reitoria foram gradualmente transferidos a partir de 1969 para o nº 20 da Rua Gonçalves Crespo, onde já funcionava a sede dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa.

Em primeiro lugar, o plano de estudos que fora estabelecido pelo [Decreto nº 37584 de 17 de Outubro de 1949](#) começava a mostrar sinais de desatualização. Impunha-se uma reforma que, em especial, levasse em conta a vocação que os cursos de Economia e de Finanças tinham adquirido ao longo das duas décadas de aplicação da reforma de 1949: respetivamente, o de formação de quadros para a análise económica em organismos públicos e a grandes organizações privadas e o de formação de quadros para a gestão de empresas. Para responder a esta • necessidade, o [Decreto nº 47986 de 7 de Outubro de 1967](#) introduziu algumas alterações no plano de estudos de 1949. Nova reforma, mais profunda mas ainda parcial, foi levada a cabo pelo [Decreto-Lei nº 512/70 de 30 de Outubro](#). Reforma verdadeiramente radical veio a ser tentada pelo [Decreto-Lei nº 520/72 de 14 de Dezembro](#), num contexto que, porém, como se verá, acabou por não permitir a sua implementação completa. A estabilização só seria conseguida na segunda metade da década de 1970.

Em segundo lugar, o modelo pessoal de direção da escola protagonizado durante cerca de um quarto de século (1944-1968) pelo [professor António Armando Gonçalves Pereira](#) esgotou-se,



não só devido à jubilação do referido professor, mas também devido à dificuldade de enquadrar de forma eficiente um corpo docente em rápida expansão em resposta à procura crescente por parte de candidatos aos cursos da escola e em que os professores catedráticos, únicos membros do Conselho Escolar de acordo com a lei, constituíam um núcleo relativamente pequeno. Isso é comprovado pelas passagens relativamente breves pelo cargo de Diretor do professor [Manuel Jacinto Nunes](#) (1968-1970) e do professor Bento Murteira (1970) e pelo modelo encontrado para resolver o problema em 1970 - assunção da direção pelo [professor António Manuel Pinto Barbosa](#), formalmente a título interino, coadjuvado informalmente por professores auxiliares. Contudo, também este modelo não conseguiu estabilizar e a escola atravessaria ainda duas tentativas de direção unipessoal.

*Professor António Manuel Pinto Barbosa*

A primeira, do professor Caetano Cruz Vidal (1972-1973), foi bastante conturbada por causa de intervenções policiais na vida da escola à margem da sua direção. A segunda, do professor [José João Gonçalves de Proença \(1973-1974\)](#), foi vivida em crescente confronto com o movimento estudantil.

Como é desenvolvido em seguida, experimentaram-se depois esquemas de gestão por assembleias e conselhos entre 1974 e 1977. Também neste campo a estabilização só seria conseguida na segunda metade da década de 1970.